



Vol. 26, nº 1 (2024)

**REVERBERAÇÕES DA DIÁSPORA AFRICANA E REFLEXÕES SOBRE  
IDENTIDADE EM *TORTO ARADO***

\*\*\*

**REVERBERATIONS OF THE AFRICAN DIASPORA AND REFLECTIONS ON  
IDENTITY IN *TORTO ARADO***

Daniela Patrícia Pereira dos Santos<sup>1</sup>

**Recebimento do Texto:** 05/04/2024

**Data de Aceite:** 30/04/2024

**Resumo:** A realidade social dos descendentes de negros escravizados em comunidades rurais, ignorada por grande parte dos brasileiros, é representada na literatura contemporânea de *Torto Arado*, de Itamar Vieira Júnior. O presente artigo pretende analisar as reverberações da diáspora africana e refletir sobre a formação identitária dessa população, conforme a proposição de Stuart Hall (2003) de que o deslocamento e a diáspora promovem identidades múltiplas, e ainda de acordo com os pensamentos de Abdala (2002), Glissant (2011) e Haider (2019), entre outros. A análise propõe uma continuidade do diálogo sobre o legado da escravidão no país e constitui uma tentativa de expandir a reflexão sobre a consciência identitária dos descendentes de africanos no Brasil.

**Palavras-chave:** Diáspora. Identidade. Afro-brasileiro. *Torto Arado*.

**Abstract:** The social reality of descendants of enslaved black people in rural communities, ignored by most Brazilians, is represented in the contemporary literature of *Torto Arado*, by Itamar Vieira Júnior. This article aims to analyze the repercussions of the African diaspora and reflect on the identity formation of this population, by Stuart Hall's (2003) proposition that displacement and diaspora promote multiple identities, and also by the thoughts of Abdala (2002), Glissant (2011) and Haider (2019), among others. The analysis proposes a continuation of the dialogue about the legacy of slavery in the country. It constitutes an attempt to expand the reflection on the identity consciousness of African descendants in Brazil.

**Keywords:** Diaspora. Identity. Afro-Brazilian. *Torto Arado*.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Estudos Literários pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da Universidade do Estado de Mato Grosso – PPGEL/Unemat. E-mail: [daniela.patricia@unemat.br](mailto:daniela.patricia@unemat.br)



O romance *Torto Arado*, de Itamar Vieira Júnior, é narrado em três partes, todas em primeira pessoa, por personagens diferentes: as irmãs Bibiana, Belonísia e a encantada Santa Rita Pescadeira e representa algumas características da memória e da identidade afro-brasileiras ao contextualizar as reverberações da diáspora africana. A história se passa a partir da segunda metade do século XX, pelo menos setenta anos depois da abolição da escravidão no Brasil com a Lei Áurea em 1888, e está ligada à formação da identidade cultural da comunidade, conforme a noção delineada por Stuart Hall, ao referir-se à formação identitária diaspórica entre as populações afrodescendentes no Caribe. Tal conceito se adapta também às circunstâncias do romance por entender o processo da diáspora como sendo um núcleo imutável e atemporal, que liga o passado ao futuro e ao presente e uma linha ininterrupta e que interfere diretamente na construção da identidade cultural (Hall, 2003, p. 29). Os efeitos da diáspora estão presentes na literatura e interferem nas questões da identidade cultural dos personagens e na narrativa.

Desde o fenômeno mais emblemático da dispersão os povos no Velho Testamento, quando Moisés conduz seu povo à Terra Prometida para libertá-lo da escravidão no Egito, até hoje não faltam circunstâncias em que se percebem os efeitos da diáspora no modo de pensar e agir das pessoas. Stuart Hall no artigo *Pensando a Diáspora – Reflexões sobre a terra no exterior*, publicado em *Da diáspora: identidade e mediações culturais*, escrito a partir de uma palestra apresentada como parte das comemorações do quinquagésimo aniversário de fundação da University of the West Indies (UWI), em 1998, fala das experiências diaspóricas tanto de africanos inseridos como escravos no Caribe pela colonização britânica quanto de afro-caribenhos que migraram para Londres (ou para o Canadá, ou Estados Unidos) e vivenciaram uma geração que se tornou caribenha não no Caribe, mas em Londres. Essa concepção permite compreender a identidade por seus aspectos de associação e semelhanças que unem um povo, mas também, ao mesmo tempo, pelas diferenças entre grupos sociais e pela espontaneidade dessas identidades. Dessa forma, o conceito de identidade coletiva permeia em um processo de compreensão e transformação permanente.

Hall aborda o conceito de diáspora para tratar da formação das ideias de nação, da identidade e da identidade cultural construídas através do processo de hibridização cultural, um fenômeno histórico-social provocado por deslocamentos humanos em que a mistura de



duas ou mais culturas gera uma nova com elementos das antigas e em constantemente transformação. De acordo com esse pensamento, todo sujeito migrante é um sujeito híbrido. O Brasil é um dos lugares por excelência para a ocorrência do hibridismo cultural porque é um espaço para imigração e migração, especialmente no período pós-colonial com a chegada de imigrantes de vários outros lugares, além dos portugueses e africanos. A presença de África é notável entre as quarenta famílias que vivem na fictícia fazenda Água Negra, de *Torto Arado*. A comunidade é formada por descendentes de africanos que são submetidos a condições degradantes de trabalho, resquícios da escravidão e da diáspora que iniciou com ela e nunca teve fim. Eles trabalham em terras de propriedade privada, pertencente à família branca, em troca exclusivamente, de lugar para morar, não recebem salário ou nenhum outro direito. “Os donos já não podiam ter mais escravos, por causa da lei, mas precisavam deles. Então, foi assim que passaram a chamar os escravos de trabalhadores e moradores.” (Vieira Júnior, 2019, p. 196). No romance, esses sujeitos imergem nas reflexões das suas próprias histórias, suas lutas, suas crenças na tentativa de descobrir quem são além dos rótulos de trabalhadores ou moradores, mas como indivíduos, famílias, comunidade e a resistir à subalternidade a que são impostos na condição de descendentes de africanos através dessa possível descoberta, mas sobretudo da vivência e à luz do conhecimento.

As famílias de *Torto Arado* ao revistar suas origens, remexer em seus traumas e a elaborar suas perspectivas para um futuro libertário experimentam a definição de Abdalla (2002) de que ninguém é uma coisa só, a identidade não é fixa, imexível, as identidades vão mudando. Glissan (2011) argumenta que as identidades mudam porque estão em relação com outras identidades, com outros territórios reais ou imaginários. Haider (2019) questiona: quem pode prescindir da identidade? Ao problematizar o conceito, podemos compreender que a identidade não pode ser articulada por apenas um viés, ou de forma tangível, seja pelo aspecto racial, étnico ou de gênero. Haider (2019) defende que o paradigma da identidade reduz a política identitária a questão individual e dessa forma, por ser um método individualista na sua forma ideológica e contemporânea, esconde o fato de que todas as identidades são construídas socialmente e enfraquece a possibilidade de uma auto-organização coletiva, a uma luta coletiva contra uma estrutura social opressora. Uma



luta só faz sentido, segundo ele, se for uma reivindicação para o bem comum, e não para resolver um problema particular ou de um grupo específico, mas de todos os oprimidos.

O clarear para o caminho dessa luta coletiva atravessa toda narrativa de *Torto Arado*. Muitas famílias de trabalhadores que enfrentam esse sistema opressor foram até a fazenda de maneira espontânea, em busca de trabalho. Outras foram levadas a pedido do próprio gerente quando faltava mão de obra. Os patrões não vivem na propriedade e tem pouco contato com os moradores. O romance enfatiza a relação de exploração e racismo por parte dos proprietários da terra, acentuados quando há algum contato direto com os trabalhadores rurais. As crianças são inseridas nesse contexto de exploração e crescem ajudando na roça, nos afazeres de casa, no cuidado dos irmãos mais novos enquanto as mães cuidam das plantações particulares, onde podem plantar, perto das casas, para o sustento das famílias. Plantam e colhem, para comer. O pouco que sobra é vendido na cidade. Parte da produção ainda é recolhida pelo gerente da fazenda como forma de pagamento pelo direito das famílias de morar na propriedade. Os homens de Água Negra trabalham na produção da fazenda para os donos da terra. Dessa forma, constitui-se a família e a estrutura organizacional e produtiva dentro da comunidade.

Nas duas primeiras partes do livro, as narradoras Bibiana e Belonísia tem a infância marcada por um acontecimento surpreendente, assustador e cercado de mistérios. As irmãs descobrem uma faca, “uma verdadeira joia preciosa” (Vieira Júnior, 2019, p. 7) na mala de couro velha e empoeirada da avó Donana escondida embaixo da cama. A curiosidade levou as crianças a sentirem o gosto do metal brilhante da faca e a cortarem as próprias línguas. Bibiana conseguiu recuperar-se do ferimento, mas Belonísia não teve a mesma sorte e perdeu completamente a língua e a capacidade de fala. Bibiana passou a dar voz à irmã, falar por ela ao interpretar gestos, sinais e olhares em um exercício constante de alteridade. As filhas de José Alcino, mais conhecido por Zeca Chapéu Grande, e Salustiana Nicolau são narradoras que evidenciam a papel da mulher forte e atuante na manutenção da família, da memória e das tradições nas comunidades afro-brasileiras como demonstra a crença de Belonísia de que não há nada que uma mulher não possa dar jeito, assim haviam me ensinado. (Vieira Júnior, 2019, p. 78).

Desde o início de sua narrativa, Bibiana se refere à memória, à saudade e ao apego da avó Donana pela fazenda Caxangá: “não gostaria de ter que se desfazer de suas



lembranças por completo, porque a mantinham viva” (Vieira Júnior, 2019, p. 16). Zeca Chapéu Grande também tratava de muitas dores relacionadas à identidade à memória: “O que mais chegava à nossa porta eram as moléstias do espírito dividido, gente esquecida de suas histórias, memórias, apartada do próprio eu” (Vieira Júnior, 2019, p. 25). Belonísia também valoriza a importância da memória para libertar um povo de suas angústias:

Se soubesse que tudo que se passa em meus pensamentos, essa procissão de lembranças enquanto meu cabelo vai se tornando branco, serviria de coisa valiosa para quem quer que fosse, teria me empenhado em escrever da melhor forma que pudesse. [...] Porque da minha boca poderiam sair muitas histórias que serviriam de motivação para nosso povo, para nossas crianças, para que mudassem suas vidas de servidão aos donos da terra, aos donos das casas na cidade. [...]. Para que lessem e pudessem entender do que somos feitos. (Vieira Júnior, 2019, p. 123)

A memória, em *Torto Arado*, está intrinsecamente ligada a identidade mutante, diaspórica, ao reconhecimento do indivíduo com a sua ancestralidade, ao passado conectado com o sujeito presente, mas não somente do indivíduo isolado, mas inserido em um contexto familiar e social. Memória e identidade se interagem em um processo dinâmico, dentro das práticas discursivas marcadas pela oralidade que ganham força no transcorrer da narrativa. As manifestações de reconhecimento da necessidade de uma comunidade que precisa, de fato, ser liberta, de recusa à submissão, às condições de trabalho degradantes, impositivas, inevitáveis e humilhantes ganham voz quando Severo fala sobre a vontade de melhorar de vida, de deixar a fazenda. É a primeira pessoa da comunidade que expressa a vontade de sair de lá. Simpatizante com os ideais libertários, Bibiana se apaixona pelo primo Severo e foge com ele grávida, aos dezesseis anos. Longe da fazenda Água Negra, Severo passa a ter contato com sindicalistas e Bibiana estuda e conquista a formação de professora. O afastamento social levou o casal a uma clareza da dimensão da subalternidade em que viviam na comunidade e a importância e necessidade de agirem como atores da mudança e em benefício coletivo. Spivak (2010) explora a subalternidade como um modo de colonização e que foi sedimentada na cultura. Para ela, os subalternos são atores invisíveis, sem voz, sem possibilidade de transformação social, mas podem lutar contra a subalternidade.

De volta a Água Negra, Severo passa a exercer a liderança e a organizar a população rural para despertar nas pessoas a consciência de quem eram e que tinham



direitos e deveriam ir à luta pela à terra onde tinham vivido e trabalhado durante toda a vida. Começa um movimento para vislumbrar um futuro diferente aos descendentes de africanos escravizados daquela comunidade que representam tantas outras Águas Negras que surgiram pelo interior do país. A partir da voz redentora de Severo, as circunstâncias começam a ser repensadas, principalmente pelas novas gerações. “As crianças que ficavam atentas, não sabiam que havia uma história tão antiga atrás daquelas vidas esquecidas. Uma história triste, mas bonita. E passavam a entender por que ainda sofriam com preconceito [...]” (Vieira Júnior, 2019, p. 180). Com início do despertar da consciência das condições de subalternidade e do movimento para construir e vislumbrar um novo horizonte para a comunidade, o líder comunitário foi assassinado e teve a morte associada à uma plantação de maconha que nunca existiu por lá. A falsa constatação encerrou o inquérito policial de forma sumária e demonstra como muitas pessoas negras são executadas no Brasil, ligadas a supostas ações criminosas. O episódio levou Bibiana a revisitar a condição dos afro-brasileiros tanto no campo quanto nos grandes centros:

Nós moramos na periferia da cidade, e lá os policiais usavam a mesma desculpa de drogas para entrar nas casas, matando o povo preto. Não precisa nem ser julgado nos tribunais, a polícia tem licença para matar e dizer que foi troca de tiro. Nós sabíamos que não era troca de tiros. Que era extermínio. (Vieira Júnior, 2019, p. 162).

Dessa maneira, a identidade cultural dos personagens de Água Negra passa por um processo de revisão e reconstrução de forma coletiva, da realidade em que estão imersos e das circunstâncias em que estão submetidos. O discurso emblemático de Severo: “Não podemos mais viver assim. Temos direito à terra. Somos quilombolas.” (Vieira Júnior, 2019, p. 135) é importante para a construção da identidade cultural da comunidade, embora a comunidade Água Negra não seja historicamente um quilombo. Os quilombos eram comunidades formada por escravos que haviam conseguido fugir do domínio de seus donos ou comprar a própria liberdade. Somente a partir da constituição de 1988, quase cem anos após a abolição da escravidão no país que os quilombolas tiveram o direito à propriedade da terra, como disposto no artigo número 68: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. O romance faz referência ao que a mudança na constituição assegura: “Agora falam em direitos dos pretos, dos



descendentes de escravos que viveram errantes de um lugar para o outro. Falam muito sobre isso. Que agora tem lei. Tem formas de garantir a terra.” (Vieira Júnior, 2019, p. 154).

Bibiana, por sua vez, representa também viúvas, mães, filhas, mulheres pretas que lutam para defender pelos menos a imagem da pessoa assassinada em circunstâncias adversas, uma voz calada arbitrariamente que tenta ecoar em defesa dos desfavorecidos. A luta pela justiça da morte do marido, tornou-se uma luta por justiça de todos, já que o despecho do inquérito policial difamava toda comunidade. Depois da morte do marido, Bibiana assume a liderança popular na comunidade. E as famílias de Água Negra representam tantos outros descendentes de africanos no Brasil que ainda enfrentam a imposta condição de subalternidade e inferioridade, perpetuadas ao fim do sistema escravocrata no país. De acordo com Ana Lúcia Araújo, “quando a escravidão foi finalmente proibida, o estado brasileiro não forneceu terra, emprego ou educação para os homens e mulheres recém-emancipados.” (Araújo, 2014, p. 117). Com isso, grande parte da população brasileira enfrentou muitas dificuldades para se reestabelecer como sujeitos livres de fato através da Lei Áurea e conquistar condições de dignidade para a sobrevivência. Alguns foram em busca de oportunidades nas cidades, outros decidiram permanecer nas propriedades rurais. Nos dois contextos, estão as marcas profundas da desigualdade e da violência com a população negra no Brasil.

A precariedade estrutural em que viviam as famílias na fazenda Água Negra, sem água encanada e luz elétrica, se estende também às condições limitantes de desenvolvimento humano como, por exemplo, de acesso a serviços de saúde e educação. Recorrer a um hospital ou a medicamentos era algo extraordinário. Na fazenda só tinha o carro do gerente para transporte dos trabalhadores em casos excepcionais, como no dia do incidente com a faca. Sair da fazenda significava também visitar outras realidades muito distantes e diferentes da aquela em que viviam. A primeira vez que viram mais pessoas brancas do que negras é quando vão ao hospital na cidade. Nesse cenário, os tratamentos naturais e espirituais do curandeiro Zeca Chapéu Grande ganham força e espaço até ultrapassar os limites da propriedade rural. Foi a força da liderança de Zeca Chapéu Grande, e através dos serviços espirituais prestados ao prefeito da cidade, que possibilitou



a construção de uma escola na fazenda depois de muitas reivindicações da comunidade que apresenta um alto índice de analfabetismo.

A esperança dos moradores era de que a escola traria a luz do conhecimento e novas perspectivas de vida, especialmente, para as futuras gerações. Mas a primeira professora, uma senhora de mãos finas e sem calos parecia distante da realidade dos alunos. Belonísia fala que não se interessava por suas aulas em que contava a história do Brasil, “em que falava da mistura entre índios, negros e brancos, de como éramos felizes, de como nosso país era abençoado” (Vieira Júnior, 2019, p. 69). A narradora não reconhecia o discurso como representativo, “histórias fantasiosas e enfadonhas sobre os heróis bandeirantes, depois os militares, as heranças dos portugueses e outros assuntos que não nos diziam muita coisa.” (Vieira Júnior, 2019, p. 69). Para Belonísia, “a professora não sabia por que estávamos ali, nem de onde vieram nossos pais, nem o que fazíamos.” (Vieira Júnior, 2019, p. 70). Esse distanciamento social entre a professora e os alunos e o discurso que não condizia com a realidade despertaram nos moradores a percepção do contraditório, do não reconhecimento como parte daquela sociedade instituída fora dos limites da comunidade.

O discurso irreal da professora soava para a Belonísia como uma falta de respeito à história e à origem das famílias que viviam na comunidade e reflete injustiças históricas reverberadas pela escravidão que ainda contribuem para a marginalização da população negra no Brasil. O ensino sobre a história e a cultura afro-brasileiras tornou obrigatório no sistema educacional do país somente em 2003, através alteração da lei 10.639, sobre as diretrizes e bases da educação nacional. A lei estabelece que as escolas incluam na grade curricular o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Bibiana e Severo representam agentes educacionais e ativistas que empenharam esforços coletivos para institucionalizar a lei.

O vazio do conhecimento institucionalizado era ocupado pelo saber popular repassado entre as gerações, a começar pelo nascimento. As mulheres tinham filhos na própria comunidade, pelas mãos das parteiras, como Donana que passou a





responsabilidade ao filho mais velho, Zeca Chapéu Grande, que mais tarde transferiu a função para a esposa, Salustiana. Não havia nenhum controle de natalidade e grande parte dos moradores da comunidade não tinha documento de identidade, principalmente os mais idosos: “De Donana só sabíamos que a chamavam assim, nem sabíamos o nome que sua mãe ou seu pai haviam lhe dado. [...] Quando morreu, não tinha sequer documento, e como foi enterrada no cemitério da Viração, ninguém reclamou.” (Vieira Júnior, 2019, p. 120). Sem documentos, esses trabalhadores rurais e suas famílias representam brasileiros invisíveis diante de políticas públicas, não são reconhecidos como cidadãos sem direito à aposentadoria e à dignidade depois de uma vida toda trabalhando. “Às vezes chegava o dia de ir para a Previdência e o povo não havia conseguido reunir os documentos de que precisava.” (Vieira Júnior, 2019, p. 135).

A oralidade mantém também as tradições, as crenças, os costumes: “Donana contava histórias que não tinham fim.” (Vieira Júnior, 2019, p. 16); “Cresci escutando histórias de José Alcino, meu pai [...]. Mas grande parte vinha da memória de minha mãe, que já ouvia histórias sobre meu pai antes mesmo de se conhecerem.” (Vieira Júnior, 2019, p. 119). O saber também é propagado pela própria população em uma narrativa comunitária: “Dizem que até mesmo nasceu por aqui, filho de um dos trabalhadores das minas de diamante, o neto de um rei de Oyó da África, o neto do último rei a manter o império unido, antes de cair em desgraça.” (Vieira Júnior, 2019, p. 128). O próprio sentimento de pertencimento da avó em relação à terra em que vivia reforça a importância da memória na construção de uma identidade, ainda que em situações adversas e difíceis. “Naquele inferno chamado Caxangá, o inferno de escravidão a que se acostumou como se fosse sua terra [...]. Era sua por merecimento.” (Vieira Júnior, 2019, p. 175).

A reflexão sobre as origens abre vias que podem gerar mudança na condição atual e nas possibilidades para o futuro. Donana, a matriarca da família, sabia da importância do seu papel como agente transformadora da dinâmica social porque “queria ensinar [às novas gerações] para que se desenvolvessem sozinhas no mundo, para que ajudassem aos que precisassem, e mais ainda, para que procurassem pela liberdade que lhes foi negada desde os ancestrais.” (Vieira Júnior, 2019, p. 177). Zeca Chapéu Grande, o líder comunitário, é também um ator importante na manutenção das crenças e tradições. Os elementos



religiosos como “as brincadeiras de jarê, o quarto dos santos, os atabaques, os adornos e vestimentas específicos para que os espíritos chegassem e lhe tomassem o corpo para se fazerem presentes” (Vieira Júnior, 2019, p. 43), todos esses elementos enaltecem a importância da memória na construção da identidade. A presença africana na cultura dos afrodescendentes sugere a influência de África, apesar do processo histórico de migração e miscigenação e suas interferências culturais, como forma de resistência desde o início da diáspora negra. Hall (2003) fala de África como uma construção moderna que se refere a uma variedade de povos, tribos, culturas e línguas cujo principal ponto de origem comum situava-se no tráfico de escravos.

Essa presença africana aparece também de forma misteriosa na terceira narradora do romance, a encantada Santa Rita Pescadeira cultuada pelo jarê que, aliada ao sincretismo com o catolicismo, é elemento importante da construção da identidade cultural das comunidades negras rurais da região de Chapada Diamantina. O que os moradores questionam é “por que até então [ela] não havia se manifestado, já que aquele jarê era tão antigo quanto a fazenda e os desbravadores daquela terra” (Vieira Júnior, 2019, p. 57), uma sugestão percebida pela encantada para o esquecimento dessas origens o que não impede sua atuação no enredo para resolver conflitos da narrativa, portanto uma presença imprescindível. A encantada realça o esquecimento e o apagamento gradativo das crenças e tradições religiosas, testemunha a violência sofrida pelo negro desde a colonização até hoje e, por fim, apresenta um discurso para identificar os agressores e reivindicar por justiça.

Uma ruptura significativa da manutenção das crenças e tradições religiosas é provocada pela morte de Zeca Chapéu Grande. Além disso, os proprietários da fazenda incentivaram a chegada de pastores evangélicos para tentar converter os moradores. Esses acontecimentos interferem na identidade cultural da comunidade, mas não superam os resquícios da herança identitária deixada pela escravidão conforme Bibiana diz sobre Severo: “Tinha consciência de nossa história. Sabia o que nosso povo tinha sofrido desde antes de Água Negra. Desde muito tempo” (Vieira Júnior, 2019, p. 161). As marcas do sofrimento aparecem nos corpos: as mãos rasgadas e calejadas, os pés perfurados, os cabelos brancos que aparecem mais cedo, os sulcos na pele ressecada e envelhecida. Mas são as línguas cortadas o elemento mais emblemático da narrativa.



A faca que silencia Belonísia é a mesma que livra Donana do marido que abusava da filha, Carmelita, um instrumento, portanto, que simboliza a liberdade oculta na memória e depois o castigo: “Minha vó tinha mais medo do que essa faca significava. Ela temia mais o segredo que guardava do que o que pudesse nos ferir.” (Vieira Júnior, 2019, p. 174). Com a língua cortada, Belonísia não conseguia articular as palavras. Ao tentar pronunciar arado, “o som que deixou minha boca era uma aberração, uma desordem, como se no lugar do pedaço perdido da língua tivesse um ovo quente. Era um arado torto, deformado, que penetrava a terra de tal forma a deixá-la infértil, destruída, dilacerada.” (Vieira Júnior, 2019, p. 91). A comparação do som a um arado torto na terra aponta para duas questões importantes da resistência negra: a força da voz e o trabalho na terra. Para Belonísia, a sua voz ecoa outras vozes do passado, da ancestralidade:

Mas eu persistia e repetia as palavras mais duras, as que não gostamos de ouvir. [...] Não me furtava a dizer o que faria muitos correrem, temendo a virulência de uma língua. Eram palavras repetidas por minha voz deformada, estranha, carregada de rancor por muitas coisas [...], eram gritadas por minhas ancestrais, por Donana, por minha mãe, pelas avós que não conheci, e que chegavam a mim para que as repetisse com o horror de meus sons, e assim ganhassem contornos tristes e inesquecíveis que me manteriam. (Vieira Júnior, 2019, p. 92).

As feridas mal cicatrizadas nos corpos negros remetem ao passado de escravidão e reaparecem na narrativa de Santa Rita Pescadeira “comparadas com as chagas do Senhor dos Passos crucificado” (Vieira Júnior, 2019, p. 181). A analogia leva o sofredor de uma posição de vítima para uma de redenção ao considerar o trabalho que é duro e castiga o corpo, mas também dignifica, gera resistência física e moral, produz resistência social e política.

O cotidiano rural no Brasil de *Torto Arado* marcado pela marginalização das famílias que vivem em regime de servidão, pela luta pelo direito à terra, escancara a não efetividade da Lei Áurea nos confins do sertão do Brasil. O período escravocrata, presentificado nesse contexto do romance, embora mais de meio século após a Lei Áurea, ainda reverbera o rastro da exploração, da violência patriarcal, já que: “[...] foi com as casas de barro e nossos corpos como mobília que venderam a terra a um casal com dois filhos.” (Vieira Júnior, 2019, p. 186), e ainda: “[...] além da dívida de trabalho para com os senhores da fazenda, não havia nada para deixar para os filhos e netos.” (Vieira Júnior, 2019, p. 197). A servidão é passada de pai para o filho:



O gerente queria trazer gente que trabalhe muito e que não tenha medo de trabalho, nas palavras de meu pai, para dar seu suor na plantação. Podia construir casa de barro, nada de alvenaria, nada que demarcasse o tempo de presença das famílias na terra. Podia colocar roça pequena para ter abobora, feijão, quiabo, nada que desviasse da necessidade de trabalhar para o dono da fazenda, afinal, era para isso que se permitia a morada. Podia trazer mulher e filhos, melhor assim, porque quando eles crescessem substituiriam os mais velhos. [...] Vi meu pai dizer para o meu tio que no tempo de seus avós era pior, não podia ter roça, não havia casa, todos se amontoavam no mesmo espaço, no mesmo barracão. (Vieira Júnior, 2019, p. 42)

A memória é um tema recorrente na ficção brasileira e se apresenta das mais variadas formas como a memória de personagens, individual, coletiva e se apresenta para lembrar, testemunhar, tentar entender ou simplesmente para não esquecer e tem um papel fundamental na criação da narrativa coletiva, nas formas de autorrepresentação e da construção da consciência identitária da comunidade Água Negra. As múltiplas camadas narrativas construídas a partir das vozes das duas irmãs e da encantada Santa Rita Pescadeira se sobrepõem, se complementam e dialogam com o que entendemos da história oficial do Brasil. O discurso faz alusão ao contexto educacional, contestado por Belonísia, na posição de aluna, e também por Bibiana, na função de professora. A memória em *Torto Arado* investiga as raízes africanas no Brasil, a partir da diáspora negra, mantém tradições, rompe costumes e contribui para trazer a luz do conhecimento, para libertar o povo a partir das vozes de Severo e Bibiana.

Essa consciência libertária constitui-se a partir da noção que os personagens vão construindo no transcorrer da narrativa sobre a consciência individual e coletiva – de quem são esses atores, da onde vieram enquanto indivíduos e enquanto comunidade, o que fazem em Água Negra e para onde vão. O que eles descobrem é que não podem mais aceitar viver em condições análogas a de escravidão e merecem, pelo menos, dignidade, respeito e direito à terra. A luta contra a subalternidade vem à tona quando se dão conta de que a única recordação coletiva é da diáspora constante. Hall (2003) traz a noção de que o não-lugar também é um lugar e que não existe uma identidade única. As famílias de Água Negra constroem suas identidades múltiplas e representam a resistência dos negros e quilombolas à exclusão social, à subalternidade, ao legado da escravidão que perpetua pelo interior do Brasil.



Nesse sentido, *Torto Arado* vai além de uma mera representação de um contexto social, mas reverbera o resultado e as consequências desse contexto. A obra ocupa um espaço importante e necessário entre os vazios deixados pela produção de conhecimento, a omissão e a ausência de história da literatura afro-brasileira. Eduardo de Assis Duarte o artigo *Literatura e afro-descendência* publicado em *Literatura, política, identidades* aponta algumas barreiras para tornar visível o corpus literário da afro-brasilidade, entre elas a estigmatização dos elementos da memória cultural africana, o apagamento da história dos escravizados e descendentes, o modo construído das identidades culturais. Para Duarte (2005), somos todos um pouco afrodescendentes. E ao revisitar a história e as origens dos antepassados dos personagens, a narrativa nos coloca diante de realidades diferentes da nossa ou mesmo semelhantes, mas até então acessadas por outras vias, estimula a reflexão da nossa origem, a formação da nossa identidade diante dos eventos diaspóricos e do legado da escravidão no Brasil.

### Referências

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. **Fronteiras múltiplas, identidades plurais**. São Paulo: Senac, 2002.

ABDALA JUNIOR, Benjamin. **Literatura, História e Política: Literaturas de língua portuguesa no século XX**. SP: Ateliê, 2007.

BASTIDE, R. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo, Perspectiva, 1973.

BERND, Z. **Negritude e literatura na América Latina**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura**. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996

DUARTE, E. A. **Literatura, política, identidades**. Belo Horizonte, FALE / UFMG, 2005.

FANON, F. **Os condenados da terra**. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961.



Vol. 26, nº 1 (2024)

GLISSANT, Édouard. **Poética da relação**. Lisboa: Sextante, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta, 2019.

MEMMI, Alberto. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SANTILLI, M. A. **Africanidade**. São Paulo, Ática, 1985.

SANTILLI, Maria Aparecida. **Africanidades**. São Paulo: Ática, 1985.

SAID, Edward. **O choque de definições. In: Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SPIVAK, Gayatri C . (2010) **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte, Editora UFMG.